

Centrais querem debater rotatividade com o governo

terça-feira, 18 de setembro de 2012

As centrais sindicais pediram nesta terça-feira (18) ao governo audiência pública para discutir propostas formuladas pelos trabalhadores para combater a rotatividade no mercado de trabalho brasileiro. A iniciativa, de acordo com o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vagner Freitas, é também demonstração de preocupação com o boato de que o governo faria alterações no seguro desemprego e no abono salarial.

"Temos que diminuir a rotatividade no mercado de trabalho, o que ajuda inclusive o crescimento econômico. Para isso pedimos audiência com o governo, para apresentar alternativas e propostas de regulamentação do mercado que diminuam a rotatividade", afirmou Freitas. O documento foi realizado em parceria entre a CUT, a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), a Força Sindical, a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) e a União Geral dos Trabalhadores (UGT).

No documento, propostas são divididas entre as de estabilização (visam trazer estabilidade) e as de responsabilização (visam diferenciar as empresas responsáveis pela incidência da rotatividade). No primeiro grupo, as centrais propõem, entre outras coisas, incentivo à organização direta no local de trabalho, para que os funcionários resolvam conflitos dentro da própria empresa e o incentivo à redução nas taxas de rotatividade com preferência em obras públicas, por exemplo.

Entre as propostas de responsabilização, consta a contribuição adicional da empresa ao financiamento do seguro-desemprego, caso o índice de rotatividade da força de trabalho supere o índice médio da rotatividade do setor. Além disso, as centrais propõem a existência de projeto de lei que regulamente a demissão no País com proibição de dispensa de grávidas, dirigentes sindicais, delegados sindicais, trabalhadores próximos à data da aposentadoria, entre outros. "Esperamos que o governo nos receba o mais rápido possível. É uma proposta dos trabalhadores e nós queremos entrar no debate de maneira propositiva", completou Freitas.

Fonte: AE